

Texto originalmente extraído do site www.pnud.org.br



Notícias

ONU sugere ação afirmativa para Brasil reverter racismo

Programas focalizados devem ser implantados junto com políticas universalistas, diz PNUD em relatório sobre desigualdade no Brasil

da PrimaPagina

As políticas de ação afirmativa são não apenas recomendáveis, mas necessárias para que o Brasil consiga reverter a desigualdade racial. Elas devem, no entanto, ser acompanhadas de políticas universalistas. É o que defende o "Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 — Racismo, pobreza e violência", lançado nesta sexta-feira pelo PNUD Brasil.

A Constituição Federal brasileira afirma que todos os cidadãos são iguais perante a lei. O que muitos utilizam como argumento contrário às políticas afirmativas, o relatório apresenta como motivo pelo qual elas devem ser implementadas: para o PNUD, o princípio da universalidade se refere aos objetivos finais das políticas públicas. "Isso não significa que os meios para atingi-los devam ser necessariamente iguais para todos", observa o relatório.

As políticas focalizadas, segundo o estudo, são uma forma de reparar os efeitos causados pela escravidão e pela discriminação: a população negra é vítima da desigualdade em praticamente todas as esferas da vida social, política e econômica do país. "Há uma necessidade de reconhecimento do sofrimento infringido pela escravidão e de tomar medidas que reparem as consequências da escravidão que até agora persistem. Trata-se da redução da desigualdade e da integração efetiva dos grupos discriminados tanto na vida política quanto na vida social", argumenta o PNUD.

No curto e médio prazo, as ações afirmativas podem aumentar a diversidade e a representatividade dos grupos minoritários em diversos setores. Além disso, o sucesso de algumas pessoas nessas áreas as tornam personalidades emblemáticas, que servem de exemplo a gerações mais jovens. "No longo prazo, o objetivo das ações afirmativas é induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando tirar do imaginário coletivo a idéia da supremacia racial e eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado", afirma o relatório.

Na avaliação do PNUD, porém, isso não implica minimizar a importância das políticas universalistas. “As políticas universalistas são uma responsabilidade inalienável do Estado brasileiro, um objetivo constitucional permanente, e devem atender todas as cidadãs e todos os cidadãos do país. As políticas de ação afirmativa são urgentes porque as políticas universalistas não foram de fato universalistas, e assim deixaram as mulheres e os homens negros, bem como os povos indígenas, em secular desvantagem na sociedade brasileira”, argumenta a editora do estudo, Diva Moreira. A aplicação somente de iniciativas universalistas tomaria muito tempo para acabar com as desigualdades raciais do país. “O papel das políticas de ação afirmativa é — precisamente — minimizar o tempo de duração da desigualdade”, frisa o estudo.

As cotas, tipo de ação afirmativa que mais tem gerado polêmica no Brasil, têm o importante objetivo de minimizar o peso das condições socioeconômicas no ingresso nas universidades ou no serviço público, afirma o relatório, que ressalva que essa é “apenas uma das formas de implementação” de ações afirmativas. “A ONU não tem simpatia pela utilização do conceito de cotar *per se*, porque isso reduz o debate a uma questão numérica de vagas e limita o debate sobre as questões de identidade”, comenta o editor-chefe do relatório, Carlos Lopes, que até outubro era representante do PNUD e da ONU no Brasil e agora é diretor político do Gabinete do secretário-geral da ONU, em Nova York.

Para selecionar quem deve ser beneficiado pelas cotas, a ONU recomenda o mesmo critério usado pelo governo brasileiro nesse tipo de ação afirmativa ou em outros, como concessão de bolsas de estudos para cursos preparatórios para concursos públicos e cursos pré-vestibulares exclusivos para estudantes negros e indígenas: a auto-identificação. “Qualquer outro sistema carece de fundamentação lógica, uma vez que o processo de identificação é essencialmente uma escolha individual”, diz o relatório.

A responsabilidade pelo fim da desigualdade, no entanto, não é exclusiva do Estado. É preciso que as organizações não-governamentais e a iniciativa privada também se envolvam, assim como os meios de comunicação.

PNUD